

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pelo Professor Abimael de Jesus Barros Costa, em 03 de abril de 2019, para disponibilizar o trabalho, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra.

#### **REFERÊNCIA**

SOUSA, Natália Gonçalves de; RITTER, Maria Marlúcia Nunes; COSTA, Abimael de Jesus Barros. A eficácia das auditorias internas nas universidades federais brasileiras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA, 2., 2019, Lisboa. Disponível em: [https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicicp//finais\\_site/45.pdf](https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/iicicp//finais_site/45.pdf). Acesso em: 04 abr. 2019.

## A Eficácia das Auditorias Internas nas Universidades Federais Brasileiras

### Tipologia: Projeto de Investigação

Autores:

1. **Natália Gonçalves de Sousa, Mestranda** – e-mail: nataliag\_sousa@hotmail.com  
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCont) - Universidade de Brasília – UnB – Brasília – DF – Brasil , contato: + 55 61 9.8149-7012
2. **Maria Marlúcia Nunes Ritter, Aluna especial do Mestrado** – e-mail: marluciaritter@gmail.com  
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCont) - Universidade de Brasília – UnB – Brasília – DF – Brasil , contato: + 55 61 9. 8408-9038
3. **Abimael de Jesus Barros Costa, Professor Dr.** – e-mail: [acosta@unb.br](mailto:acosta@unb.br)  
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCont) - Universidade de Brasília – UnB – Brasília – DF – Brasil , contato: + 55 61 9.9229-0204

### Resumo

As universidades públicas federais brasileiras representam um importante setor dos investimentos públicos e devem desenvolver ações de efetividade que propiciem uma maior qualidade e transparência na gestão. No entanto, têm um campo de estudo pouco explorado em Auditorias Internas, considerando as demais organizações do setor público. Revisando a literatura internacional, que apresenta uma vasta preocupação com a atuação das Auditoria Internas do setor público, e amparado pela Teoria Institucional com enfoque do isomorfismo coercitivo, o objetivo geral deste estudo é avaliar os aspectos da eficácia no desempenho da Auditoria Interna nas IFES. Inicialmente, por meio de uma análise descritiva, a aplicação do questionário na Universidade de Brasília – UnB, para Alta Administração e Auditoria Interna, apresentou dados próximos ao ponto de neutralidade ou abaixo do esperado quando se trata das variáveis dependentes, na percepção dos servidores da Auditoria Interna; e de maneira oposta a percepção decorrente da Alta Administração é positiva.

**Palavras-chave:** Auditoria Interna; Eficácia no Setor Público; Auditoria Internacional.

### 1. Introdução

A constituição brasileira tem como objetivo o atendimento de questões políticas, econômicas e sociais, que exigem maiores habilidades e comprometimento na gestão administrativa, ensejam em desafios, como: “manutenção do equilíbrio fiscal e estabilidade monetária; racionalização dos gastos públicos; e investimento em setores chave como educação, inovação tecnológica e infraestrutura” (TCU, 2014, p.5).

A Auditoria Interna surge como importante instrumento para auxílio do controle, a partir da utilização de procedimentos que possibilitem a avaliação de pressupostos que contemplem economicidade, integridade, conformidade, eficácia, eficiência (Pinto et al.,

2012). Segundo o *The Institute of Internal Auditors – IIA* (2018) a Auditoria Interna é constitui em uma ação independente que tem por objetivo realizar avaliação e consultoria, com a finalidade de melhorar os processos organizacionais.

A literatura internacional também apresenta preocupação em investigar no âmbito do setor público a contribuição da Auditoria Interna para maiores níveis de eficiência das organizações. Nesse sentido, destacam-se os estudos sobre a eficácia, eficiência, efetividade e desempenho da Auditoria Interna no setor público; por exemplo, Alzeban & Gwilliam, 2014 – Arábia Saudita; Christopher, 2015 – Austrália; Ahmi, Saidin, Abdullah & Ismail, 2016 – Malásia; Coetzee & Erasmus, 2017 – África do Sul; Sari, Ghozali & Achmad, 2017 – Indonésia.

As universidades federais brasileiras, como um dos setores chaves do investimento, têm um campo de estudo pouco explorado em auditorias internas nas organizações do setor público. No entanto, compõem a estrutura da Administração Pública e devem desenvolver ações de efetividade que propiciem uma maior qualidade e transparência na gestão.

Assim, é relevante dialogar com a realidade orçamentária das Universidades Federais Públicas Brasileiras e os resultados alcançados. Segundo a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação-MEC (2018), de 2008 a 2018, o orçamento previsto para as Universidade Públicas Federais sofreu diminuição, passando de R\$ 3,3 bilhões de reais, em 2008, atingindo o maior valor em 2014 de R\$ 9 bilhões de reais, aproximadamente, e chegando ao valor atual em 2018 de R\$ 6 bilhões de reais, o que representa uma perda de mais de 30%. Ainda, segundo o MEC, no Censo da Educação Superior (2017), o número de alunos formados que em 2008 foi de 5.843.322 alunos e, em 2017, passou a ser de 8.290.911 alunos.

Nesse contexto, surge a questão de pesquisa do presente estudo: Os auditores internos contribuem com eficácia para a boa gestão dos processos no âmbito das universidades

federais brasileiras? Com o intuito de responder essa questão, o objetivo geral deste artigo é avaliar os aspectos da eficácia no desempenho dos auditores internos da Auditoria Interna.

Para alcance do objetivo geral, foram construídos os seguintes objetivos específicos: (a) realizar uma análise sobre o perfil dos auditores internos lotados nas universidades federais brasileiras com o intuito de relacionar com sua função atribuída; e (b) estabelecer o cenário dos auditores internos e a percepção das partes interessadas pela Auditoria Interna nas universidades federais, analisando sua eficácia existente.

A pesquisa torna-se relevante porque busca a verificação da eficácia da Auditoria Interna para o alcance finalístico de sua atribuição no âmbito das universidades, considerando a necessidade de implementar mais ações e avaliar reflexos para o setor público ensejando em maiores níveis de eficiência, transparência e comparabilidade.

Este artigo está estruturado em cinco partes, sendo esta a primeira delas tratando da introdução ao tema, o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos do estudo. A próxima seção apresentará a revisão de literatura sobre Auditoria Interna no setor público, a evolução de sua eficácia na Administração Pública brasileira e a relação do cenário da educação e das universidades públicas no Brasil. Na terceira, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na quarta, será apresentada a análise descritiva e os resultados dos dados colhidos e necessários à discussão, bem como à resposta da indagação realizada. E, finalmente, na última parte serão feitas as considerações finais sobre o estudo.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 Teoria Institucional**

A Teoria Institucional estuda a evolução das organizações de forma integral. “A Teoria Institucional compreende um conjunto de construtos teóricos advindos principalmente

da economia, da sociologia e da ciência política” (Vailatti; Rosa & Vicente, 2017, p. 100). De acordo com Meyer & Rowan (2013) nas sociedades modernas estruturas organizacionais formais surgem em contextos altamente institucionalizados. Ou seja, organizações seguem práticas predeterminadas, como as estabelecidas por leis, conceitos, orientando a racionalização do trabalho organizacional e institucionalizado na sociedade.

A teoria institucional proporciona relevantes melhorias para gestão das organizações. De acordo com Neto & Colauto (2010, p. 63), “um empreendimento resulta não somente da ação humana, projetada e planejada, mas também de suas interações no contexto cultural e políticos, além de processos cognitivos, simbólicos e sociais”. Dessa forma o autor chama atenção para elementos das redes relacionais dos indivíduos, juntamente aos sistemas socioculturais.

Segundo estudo de DiMaggio & Powell (2005), as organizações tornam-se similares por meio de campos de atuação formados por grupos de distintas categorias profissionais. “Os campos existem somente na medida em que poderem ser definidos institucionalmente” (p. 76). A formação desses campos se dá por meio de processos de homogeneização, definido como isomorfismo. A restrição submete a população a uma unificação, que tende a assemelhar a outras populações que enfrentam estão sujeitas ao mesmo conjunto de condições ambientais. (DiMaggio & Powell; 2005)

Existem três mecanismos de mudança isomórfica institucional. DiMaggio & Powell (2005), identificam: isomorfismo coercitivo; isomorfismo mimético e isomorfismo normativo. O coercitivo é resultado das pressões formais e informais exercidas entre organizações que se relacionam entre si, considerando as interações socioculturais, como explicam os autores:

Tais pressões podem ser sentidas como coerção, como persuasão, ou como um convite para se unirem em conluio. Em algumas circunstâncias a mudança organizacional é

uma resposta direta a ordens governamentais: os produtores adotam novas tecnologias de controle de poluição para se adequarem a regulamentações ambientais; organizações não lucrativas mantêm contabilidade e contratam contadores a fim de se adequarem às obrigações legais e fiscais (DiMaggio & Powell, 2005, p. 77).

São fontes importante de isomorfismo, dois aspectos da profissionalização, o primeiro diz respeito à educação formal e a legitimação baseada em sistemas cognitivos desenvolvidos por pesquisadores universitários; o segundo é o crescimento e a formação de campos profissionais que transcorrem nas organizações criando novos modelos para serem difundidos na sociedade. “As universidades e as instituições de treinamento profissional constituem importantes centros de desenvolvimento de normas organizacionais entre os gerentes profissionais e seus funcionários” (DiMaggio & Powell, 2005, p. 80).

## **2.2. Auditoria Interna no Brasil**

De acordo com Lélis & Pinheiro (2016), a Auditoria Interna é o instrumento pelo qual se consegue elevar os níveis de qualidade dos processos, com maiores índices de controle, desde que sejam observados os rituais de forma ordenada, os impactos serão uma boa governança e uma maior eficácia.

Segundo o IIA (2018) a atividade de Auditoria Interna independente é composta de ações de avaliação (*assurance*) e de consultoria, e tem por objetivo acrescentar valor às organizações, bem como proporcionar o aperfeiçoamento das operações institucionais. Além disso, tem como premissa ajudar para que sejam atingidos os objetivos através de rotinas sistematizadas, que contribuam para melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e proporcione melhores controles e níveis de gestão.

Na perspectiva da Auditoria Interna Governamental, apresentam maior relevância os princípios referentes análise de evidências que impactam diretamente na qualidade seja no âmbito da transparência, responsabilização ou prestação de contas, quando relacionadas à utilização de recursos públicos; e contribui para a maior qualidade de serviços prestados à sociedade através das avaliações na execução dos programas de governo, e no desempenho nos atendimentos realizados à sociedade (MT & CGU, 2017). Esses aspectos estão diretamente relacionados a importância dos estudos no âmbito das Universidades públicas, por se tratar de uma prestação de serviços públicos em que a sociedade espera qualidade, transparência e proteção do patrimônio.

Nos últimos anos observa-se uma preocupação da Controladoria Geral da União – CGU em editar Instruções Normativas para padronizar a atuação da Auditoria Interna no setor público, em atenção aos pressupostos internacionais, conforme disposto no Quadro 1.

**QUADRO 1 – CRONOLOGIA DAS DIRETRIZES DA CGU A RESPEITO DAS AUDITORIAS INTERNAS GOVERNAMENTAIS**

<b>2001</b>	<b>IN° 01</b>	Define diretrizes princípios conceitos e aprova normas técnicas pra a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal
<b>2006</b>	<b>IN° 07</b>	Estabelece normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal, e dá providências
<b>2007</b>	<b>IN° 01</b>	Estabelece o conteúdo do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
<b>2015</b>	<b>IN° 24</b>	Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências
<b>2017</b>	<b>IN° 03</b>	Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal
	<b>IN° 08</b>	Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna

		Governamental do Poder Executivo Federal
<b>2018</b>	<b>IN° 04</b>	Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal
	<b>IN° 09</b>	Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências

Fonte: Adaptado de Costa e Sousa (2018)

A Auditoria Interna Governamental, de acordo com a IN SFC nº 03, de 2017, que guarda estreita relação com as normatizações internacionais (Costa e Sousa, 2018), é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Em observância ao exposto nessa Instrução, a atividade de Auditoria Interna Governamental dentro das Universidades públicas contribui para aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

Ainda no contexto brasileiro, é necessário observar a edição legislações que dispõem sobre o acesso à informação e sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, que vislumbrou-se diversas atribuições para a atividade de Auditoria Interna Governamental, ensejando em maior exposição da figura do auditor, bem como uma maior contribuição nas tomadas de decisão, tendo sua relevância reconhecida pelo nível estratégico das organizações. O que no contexto das Universidades cria uma perspectiva diferenciada por se tratar de demandas sociais até então inexistentes.

Ao passo que essas mudanças geram aumento da responsabilidade em dar resposta adequada aos anseios da sociedade, exigindo que os auditores internos governamentais adquiram novas habilidades, adotem novas estratégias e, conseqüentemente, prestem maior variedade de serviços, espera-se que a Auditoria Interna contribua cada vez mais para o aprimoramento da governança de órgãos e entidades. Assim, considerando maior

independência e objetividade no desempenho das atividades, os auditores no contexto universitário tem papel fundamental para disponibilizar tanto para Alta Administração, quanto para os órgãos de controle, bem como para a sociedade, informações abrangentes sobre as mais diversas realidades existentes nas Universidades Públicas Federais.

No Brasil, de acordo com o Censo da Educação Superior/MEC (2017), são classificadas como Universidades Públicas Federais, 63 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A região sudeste concentra o maior número de Universidades, sendo 19 no total; ao passo que a região Centro-Oeste, possui a menor quantidade, com apenas 5 Universidades (Quadro 2).

**Quadro 2 – Universidades Federais Brasileiras por Região**

Região	Estado	Nome
Centro-Oeste	Distrito Federal	Universidade de Brasília - UnB
	Goiás	Universidade Federal de Goiás - UFG
	Mato Grosso	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
	Mato Grosso do Sul	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
	Mato Grosso do Sul	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Nordeste	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas - UFAL
	Bahia	Universidade Federal da Bahia - UFBA
	Bahia	Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
	Bahia	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
	Bahia	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB
	Ceará	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
	Ceará	Universidade Federal do Cariri - UFCA
	Ceará	Universidade Federal do Ceará - UFC
	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão - UFMA
	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba - UFPB
	Paraíba	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
	Pernambuco	Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
	Pernambuco	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
	Piauí	Universidade Federal do Piauí - UFPI
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	
Rio Grande do Norte	Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA	
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe - UFS	
Norte	Acre	Universidade Federal do Acre - UFAC
	Amapá	Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas - UFAM
	Pará	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
	Pará	Universidade Federal do Pará - UFPA
	Pará	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
	Pará	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
	Rondônia	Universidade Federal de Rondônia - UNIR
	Roraima	Universidade Federal de Roraima - UFRR
	Tocantins	Universidade Federal do Tocantins - UFT
Sudeste	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
	Minas Gerais	Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
	Minas Gerais	Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
	Minas Gerais	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
	Minas Gerais	Universidade Federal de Lavras - UFLA
	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
	Minas Gerais	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

	Minas Gerais	Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ
	Minas Gerais	Universidade Federal de Uberlândia - UFU
	Minas Gerais	Universidade Federal de Viçosa - UFV
	Minas Gerais	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM
	Minas Gerais	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
	Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense - UFF
	Rio de Janeiro	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
	São Paulo	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
	São Paulo	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
	São Paulo	Universidade Federal do ABC - UFABC
Sul	Paraná	Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA
	Paraná	Universidade Federal do Paraná - UFPR
	Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Pelotas - UFPel
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande - FURG
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
	Santa Catarina	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado no Censo da Educação Superior/MEC (2017)

### 2.3. Pesquisas Anteriores

As pesquisas internacionais apresentam relevância por tratarem de eficiência, efetividade da Auditoria Interna no âmbito do setor público. Inicialmente, a pesquisa referênciada deste trabalho, desenvolvido por Alzeban & Gwilliam (2014), buscou avaliar os fatores que influenciam a eficácia da Auditoria Interna (IAE) na Arábia Saudita nas organizações do setor público, baseando-se em análise de regressão múltipla examinaram a associação entre Eficiência da Auditoria Interna (EAI) e cinco fatores principais (competência do departamento de Auditoria Interna, independência da Auditoria Interna, relacionamento entre auditores internos e externos, tamanho do departamento de Auditoria Interna e suporte de gestão para Auditoria Interna), os resultados evidenciaram a compreensão da natureza da Auditoria Interna na Arábia Saudita e a relação entre os fatores subjacentes.

Na Austrália, destaca-se o trabalho desenvolvido por Christopher (2015), que se propôs a verificar se a Auditoria Interna está funcionando efetivamente nas universidades públicas australianas, com o intuito de melhorar a governança, analisando as melhores práticas para desenvolver uma estrutura de avaliação de Auditoria Interna, os resultados indicaram que, na maioria dos casos, as funções de Auditoria Interna foram

adequadamente estruturadas e dotados de recursos e estavam fornecendo uma gama de serviços compatíveis com seu papel de melhorar a governança. Com a pesquisa também se confirmou a hipótese que a relação da Auditoria Interna com a Alta Administração foi fundamental para independência, integridade, e credibilidade na atuação dos auditores.

O estudo de Ahmi, Saidin, Abdullah & Ismail (2016), que tinha por objetivo discutir o nível de adoção de tecnologia da informação (TI) pela Auditoria Interna no setor público da Malásia, através de pesquisa on-line e por correio para coleta de dados, analisando os tipos de aplicativos de TI implementados, os propósitos de sua implementação, e se o uso de ferramentas e técnicas de auditoria assistida por computador pode ajudar em termos de eficiência e eficácia da auditoria. Como resultado obteve-se que embora a adoção de TI no setor público da Malásia seja alta, especificamente na Auditoria Interna, é consideravelmente baixo, apesar dos enormes benefícios que foram oferecidos pela tecnologia.

Por meio de pesquisa na África do Sul, Coetzee & Erasmus (2017), utilizando análise fatorial exploratória aplicada para facilitar a redução de 92 itens em um número significativo de variáveis independentes (direcionadores) e dependentes (medidas), descobriram uma lista refinada de fatores e medidas de eficácia da Auditoria Interna, também foram estabelecidas cinco variáveis (relatórios funcionais, acesso a informações, liberdade de escopo, acesso ao comitê de auditoria, estrutura de comitê de auditoria).

Utilizando uma metodologia de entrevista e questionário na Indonésia, Sari, Ghazali & Achmad (2017) buscaram verificar o efeito da Auditoria Interna e do controle interno em relação a responsabilidade das universidades de serviço público na Indonésia, os resultados indicaram que a responsabilidade deve ser construída para criar uma boa governança universitária.

A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos necessários a obtenção do objetivo estabelecido neste estudo.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

De acordo com Gummesson (2007) os estudos replicados são dotados de altos níveis de confiança, partindo do pressuposto que se atinja os mesmos resultados. Assim, este trabalho trata-se de uma replicação do artigo “Fatores que afetam a eficácia da Auditoria Interna: um levantamento do setor público saudita” realizado por Alzeban e Gwilliam (2014).

Para atender ao objetivo deste estudo, e analisar os fatores que influenciam a eficácia da Auditoria Interna, a pesquisa desenvolvida tem natureza descritiva e explicativa, pois busca descrever a forma que o desempenho dos auditores é afetado pelas variáveis estabelecidas e conseqüentemente explicar a qualidade da execução dos trabalhos de auditoria nas universidades federais brasileiras. O método utilizado será quali-quantitativo, uma vez que além da coleta de dados através de questionário, também será realizado um levantamento para descrever o perfil dos profissionais que atuam na Auditoria Interna lotados nas universidades federais brasileiras.

O objeto da análise desta pesquisa são as Auditorias Internas das 63 universidades federais brasileiras, sendo todas elas analisadas. Primeiramente, será realizado o levantamento do perfil da população, unidades de Auditoria Interna e Alta Administração, através de entrevistas e pesquisa do currículo Lattes. E, posteriormente, o questionário elaborado com escala *Likert* de 5 pontos, capaz de traduz diferentes percepções sobre um determinado item de pesquisa, será aplicado separadamente aos participantes que farão parte da amostra.

O instrumento de pesquisa é desenvolvido como base para examinar a percepção sobre as vantagens e desvantagens existentes na atividade de auditoria e a qualidade decorrente do desempenho que essas variáveis ensejam, como fatores de influência de eficácia da Auditoria

Interna para melhorar o setor universitário público brasileiro. A opção de pesquisa on-line através de questionário disponibilizado por e-mail e elaborado na plataforma *google formulários* foi realizada por causa de suas vantagens de distribuição rápida e ciclos de resposta.

Segundo Richardson (1999) os questionários são as ferramentas capazes de traduzir e mensurar características e variáveis dentro de um grupo determinado previamente. Assim, serão analisados parâmetros relacionados competência, independência, relacionamento entre auditores internos e externos, tamanho e independência da Auditoria Interna.

**QUADRO 2: PARÂMETROS PARA MENSURAR FATORES DE INFLUÊNCIA DE EFICÁCIA DA AUDITORIA INTERNA**

<b>PARÂMETRO</b>	<b>Explicação</b>
Competência do Departamento de Auditoria Interna	Avalia a importância de os auditores internos possuírem conhecimento, habilidades e outras competências necessárias para realizar deveres e responsabilidades de auditoria. (MIHRET; YISMAW, 2007; ALZEBAN; GWILLIAM, 2014)
Tamanho da Auditoria Interna	Relaciona a qualidade do trabalho de Auditoria Interna é provavelmente maior quando há um número suficiente de funcionários. (ARENA; AZZONE, 2009; ALZEBAN; GWILLIAM, 2014)
Relacionamento entre Auditores Internos e Externos	Atribui que a coordenação e a cooperação entre os auditores internos e externos resultam em benefícios da auditoria para a organização e as partes interessadas externas. (ARENA; AZZONE, 2009; ALZEBAN; GWILLIAM, 2014)
Suporte Gerencial para Auditoria Interna	Considera que o apoio da alta administração contribui para que os auditores internos podem obter recursos suficientes para executar seus deveres e responsabilidades (MIHRET; YISMAW, 2007; COHEN; SAYAG, 2010; ALZEBAN; SAWAN, 2013)

Independência da Auditoria Interna	Estabelece que o desempenho da atividade livre de interferência com a intenção de evitar o conflito de interesses e o contato direto com a diretoria e a alta administração enseja maior qualidade no trabalho realizado. (ALZEBAN; GWILLIAM, 2014; IIA, 2017)
------------------------------------	--

Fonte: Adaptado de Alzeban e Gwilliam (2014)

A seção seguinte apresenta os dados auferidos com a aplicação da metodologia em tela.

#### **4. Análise dos Dados dos Respondentes**

Inicialmente a intenção do estudo seria a aplicação em todas as Universidade Federais Brasileiras. Considerando o tempo como fator de limitação e observando a necessidade de um pré-teste para análise dos dados no contexto brasileiro, especificamente nas Universidade Federais, optou-se por encaminhar o questionário a todos os componentes da alta administração, incluindo reitor, vice-reitor e membros do conselho administrativo, além de todos os servidores lotados no Departamento de Auditoria Interna, somente na Universidade de Brasília - UnB, como análise preliminar. O estudo deverá ser expandido para todas as Universidades após ajustes que se fizerem mais adequados a realidade universitária brasileira.

Assim, o estudo que deve expor um modelo de Eficiência das Auditorias Internas que consiste em uma regressão preditivo para comparação entre as Universidades, irá, neste contexto, apresentar uma análise descritiva para fins de validação do questionário aplicado e verificação de possíveis ajustes.

Após a transferência da Capital Federal do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília em 21 de abril de 1960, o Distrito Federal tinha apenas dois anos quando Brasília ganhou sua Universidade Pública Federal. A Universidade de Brasília (UnB) foi inaugurada, em 21 de abril de 1962, com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país (UnB, 2018).

A construção do campus Darcy Ribeiro foi idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro que definiu as bases da instituição, pelo educador Anísio Teixeira que planejou o modelo pedagógico e pelo arquiteto Oscar Niemeyer que transformou as ideias em prédios (UnB, 2018). A UnB possui quatro campi, sendo estes em Brasília (Campus Darcy Ribeiro), Planaltina (Faculdade UnB Planaltina), Gama (Faculdade UnB Gama) e Ceilândia (Faculdade UnB Ceilândia) (UnB, 2018).

O mapeamento realizado na Universidade de Brasília resultou na população de 94 respondentes, sendo eles membros do conselho de administração e auditores internos. Assim, o conselho é composto por 84 membros, entre diretores, coordenadores, contadores, professores, assistentes, técnicos administrativos, representantes, estudantes de graduação e alunos de pós-graduação. Como parte da Auditoria Interna, o questionário foi encaminhado a todos os servidores lotados naquele departamento, totalizando uma população de 10 servidores, entre auditores internos e contadores. Foi feito um levantamento da população-alvo estudo com o intuito de apresentar o perfil dos respondentes (Tabela 1). Por meio da plataforma Lattes e entrevista, foi verificado dados referentes a ocupação, formação contábil e pós-graduação contábil de forma geral entre auditores internos e membros do Conselho e especificamente para os servidores lotados na Auditoria Interna.

**Tabela 1 - Perfil dos Conselheiros e Auditores Internos**

<b>Ocupação geral da população a ser pesquisada</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Diretor	1	1
Coordenador	2	2
Auditor Interno	7	7
Contador	3	3
Professor	54	57
Assistente	1	1
Técnico Administrativo	13	14
Representante Conselho	5	5
Estudante Graduação	6	6
Estudante Pós-Graduação	2	2
	<b>94</b>	<b>100</b>

<b>Formação contábil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Bacharel não-contábil	86	91
Bacharel em Ciências Contábeis	8	9
	<b>94</b>	<b>100</b>

<b>Pós-Graduação Contábil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Mestrado em Ciências Contábeis	3	3
Mestrado em outras áreas	55	59
Não possui Mestrado	36	38
	<b>94</b>	<b>100</b>

Doutorado em Ciências Contábeis	1	1
Doutorado em outras áreas	55	59
Não possui Doutorado	38	40
	<b>94</b>	<b>100</b>

Pós-Doutorado em Ciências Contábeis	-	-
Pós-Doutorado em outras áreas	20	21
Não possui Pós-Doutorado	74	79
	<b>94</b>	<b>100</b>

<b>Formação contábil – Auditoria Interna</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Graduação em Ciências Contábeis	5	50
Graduação em outras	5	50
	<b>10</b>	<b>100</b>

<b>Pós-Graduação Contábil - Auditoria Interna</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Mestrado em Ciências Contábeis	1	10
Mestrado em outras áreas	2	20
Não tem Mestrado	7	70
	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

Partindo da análise populacional cumpre informar que foi encaminhado o mesmo o questionário a todos os respondentes, sendo que de acordo com uma pergunta de distinção quanto a qual grupo pertencente “Alta Administração” ou “Departamento de Auditoria Interna” seria apresentado um grupo de questões destinada a cada perfil. A descrição obtida apresenta que dos 94 questionários encaminhados, 15 foram respondidos, o que apresenta um percentual de 15,95% no índice de respostas. Desses, 8 foram de servidores lotados na

Auditoria Interna, considerando a amostra esse índice aumenta para 80%. Os demais respondentes, integrantes do Conselho Administrativo, 4 deles afirmaram serem membros, e os outros 3 não, o que impediu o acesso as perguntas, já que as perguntas foram direcionadas para um perfil específico e seria necessário ser componente de pelo menos um dos grupos apresentados. Tal situação pode ter sido gerada em razão de uma recente atualização e um possível desligamento do Conselho Administrativo, que não consta na base de dados consultada.

O Quadro 3, demonstra os perfis de todos os respondentes, sejam membros do Conselho Administrativo ou da Auditoria Interna. Em atenção a variável COMP - Competência do Departamento de Auditoria Interna, que busca avaliar a importância de os auditores internos possuírem conhecimento, habilidades e outras competências necessárias para realizar deveres e responsabilidades de auditoria, os dados apresentam que dos respondentes lotados na Auditoria Interna, somente dois possuíam ‘mestrado’, os demais possuíam ‘especialização’, o que apresenta 75% do total da amostra. Além disso, a análise quanto ao tempo de lotação, resultou em 87,5% dos entrevistados com até 5 anos de trabalho no setor, sendo que o único respondente com maior tempo de trabalho estava na faixa seguinte, de 5 a 10 anos, podendo ser um indicativo de habilidades e competências medianas que pode interferir na variável considerando pouca experiência e conhecimento dentro do contexto estabelecido.

**QUADRO 3: Perfil dos respondentes**

<b>Há quanto tempo você trabalha na Universidade?</b>	<b>Qual é a sua faixa etária?</b>	<b>Qual é o seu grau completo de instrução?</b>	<b>Se você trabalha na Auditoria Interna, está lotado neste departamento há quanto tempo?</b>
De 5 a 10 anos	De 31 a 40 anos	Doutorado	Não trabalho no Departamento de Auditoria Interna
De 5 a 10 anos	De 31 a 40 anos	Especialização	Não trabalho no Departamento de Auditoria Interna
De 0 a 5 anos	De 31 a 40 anos	Especialização	De 0 a 5 anos
De 0 a 5 anos	De 31 a 40 anos	Especialização	De 0 a 5 anos

De 0 a 5 anos	De 20 a 30 anos	Especialização	De 0 a 5 anos
De 5 a 10 anos	De 41 a 50 anos	Especialização	De 0 a 5 anos
De 0 a 5 anos	De 41 a 50 anos	Especialização	De 0 a 5 anos
De 0 a 5 anos	mais de 61 anos	Mestrado	De 0 a 5 anos
De 0 a 5 anos	De 20 a 30 anos	Ensino Médio	Não trabalho no Departamento de Auditoria Interna
De 0 a 5 anos	De 31 a 40 anos	Especialização	De 0 a 5 anos
De 5 a 10 anos	De 41 a 50 anos	Mestrado	Não trabalho no Departamento de Auditoria Interna
De 5 a 10 anos	De 31 a 40 anos	Mestrado	De 5 a 10 anos

Fonte: Elaboração própria.

Para a variável TAM - tamanho do DAI, medido pelo número de auditores internos, foi considerado que a quantidade de auditores é suficiente dentro da necessária para a realização da atividade, com atribuição da nota máxima. Não foi possível realizar comparações por se tratar, como dito antes, de uma única Auditoria Interna, dentro de uma única Universidade analisada. Para as demais variáveis, RELEX, SGAI e IND, tem-se que , de acordo com a análise estatística da Tabela 2.

**Tabela 2: Estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa**

Estatísticas Descritivas	A	B	C	D
Média	26,9	19,0	25,8	55,8
Erro padrão	1,6	1,4	2,0	8,2
Desvio padrão	4,4	3,9	5,6	16,4
Variância da amostra	19,3	15,4	31,6	268,9
Curtose	-0,1	0,7	-1,0	-4,2
Assimetria	-0,7	0,4	0,6	-0,3
Intervalo	13,0	13,0	16,0	33,0
Mínimo	19,0	13,0	19,0	37,0
Máximo	32,0	26,0	35,0	70,0

Nota: a= relacionamento auditores externos- RELEX; b= suporte de gerenciamento para auditoria interna- SGAI; c= independência- IND; e d= eficiência da auditoria interna.

A análise da relação entre auditores internos e externos – RELEX, variável que irá relacionar coordenação, confiança e compartilhar papéis de trabalho entre auditores internos e externos, apresenta como média o valor 26,8 (Tabela 2), observando que são 9 perguntas e os dados ideais seriam a partir de 36, observando que acima de 27 considera-se uma variável com interferência positiva, o valor médio para a variável RELEX traduz um nível abaixo do

esperado, o que coloca traduz que a percepção dos auditores internos quanto a contribuição do relacionamento com auditores externos é de nula para inferior em relação ao esperado para maiores níveis de eficiência.

Ao analisar os dados obtidos referente a variável do suporte de gerenciamento para Auditoria Interna, a tabela 3 apresenta valor médio 19. Os valores neutros correspondem ao número 18, por se tratar de 6 questões. Assim, observa-se uma interferência levemente positiva da variável de SGAI em relação a percepção dos auditores internos quanto a colaboração decorrente do suporte de gerenciamento para maiores níveis de eficiência.

Ao considerar a independência, o nível de reporte, o contato direto com a diretoria e a alta gerência, e os conflitos de interesse, através de 9 perguntas do questionário, obteve-se como valor de média 25,75 e desvio-padrão 5,62. Esses dados apresentam interferência negativa, considerando que qualquer valor abaixo de 27 no somatório está inferior ao ponto de equilíbrio. O que pressupõe um leve comprometimento da independência na percepção dos repondentes que pode impactar na eficiência da auditoria de maneira geral.

Por fim, ao analisar o questionário direcionado somente a Alta Administração, a média é 55,75, que se apresenta superior ao ponto de neutralidade, que no universo de 15 questões seria de 45. Demonstrando uma percepção diversa dos membros do Conselho Administrativo e Alta Administração, a estabelecida pela Auditoria Interna.

Considerando os achados já descritos, dada as limitações deste estudo, observa-se que os dados apresentados estão abaixo ou próximos ao ponto de neutralidade quando se trata das variáveis dependentes, na percepção dos servidores da Auditoria Interna; em contraponto a percepção decorrente da Alta Administração é positiva. Pelas peculiaridades já descritas, não há possibilidade de comparação e confirmação das hipóteses do estudo de Alzeban e Gwilliam (2014). Assim, somente será possível realizar comparação com o estudo em tela quando a amostra compreender número maior de Universidades Federais Públicas Brasileiras.

## 5. Considerações Finais

Este artigo se propôs a realizar uma análise de um setor pouco explorado em pesquisas, porém com enorme relevância dada representatividade de investimentos públicos, as universidades federais brasileiras. Com a intenção de avaliar a qualidade e transparência na gestão e considerando a importância da Auditoria Interna como instrumento capaz de proporcionar maiores controles, e, conseqüentemente, maior *accountability*, apoiado em pressupostos da teoria institucional, especialmente, o isomorfismo coercitivo, bem como as pesquisas internacionais sobre o tema, realizou-se a replicação metodologia utilizada no artigo “Fatores que afetam a eficácia da Auditoria Interna: um levantamento do setor público saudita” realizado por Alzeban e Gwilliam (2014), para verificar a eficácia da Auditoria Interna no contexto das universidades federais brasileiras.

Considerando pesquisas anteriores sobre o tema, e avaliando a relevância e o contexto brasileiro, a globalização, bem como o aumento das demandas da sociedade, de modo geral, que vem exigindo maior qualidade nos serviços prestados, além de mais transparência, responsabilidade e adequada prestação de contas por parte das organizações e, a atuação cada vez mais abrangente da Auditoria Interna principalmente por ser um setor que concentra prerrogativas de informações, controle e abrangem questões que possibilitam tomada de decisões, transparência e resposta à sociedade dos recursos investidos, torna-se importante tratar de eficácia da Auditoria Interna no Brasil dentro das universidades.

De acordo com a metodologia, foi realizado um pré-teste na Universidade de Brasília – UnB, com a aplicação de um questionário para Alta Administração e Auditoria Interna, e que em razão de limitações expostas no estudo possibilitou apenas uma análise descritiva dos dados obtidos através do questionário encaminhado, evidenciou-se uma disparidade nos dados resultantes das percepções da Auditoria Interna e Alta Administração. Também foi realizado o levantamento do perfil da população-alvo deste estudo, Alta Administração e Auditoria

Interna, sendo que esse dado, por si só, apresenta enorme contribuição ao traçar o perfil dos responsáveis pela tomada de decisão no contexto da Universidade brasileiras.

O foco desta pesquisa difere-se das demais ao replicar no Brasil uma pesquisa internacional, no setor universitário federal e verificar parâmetros de eficácia da Auditoria Interna, estabelecendo um novo escopo de estudo no Brasil.

Dessa forma, embora as limitações apresentadas, a pesquisa cumpriu o seu objetivo e demonstrou através da percepção da Auditoria Interna e da Alta Administração os aspectos da eficácia no desempenho da Auditoria Interna nas universidades federais brasileiras, sendo diferentes para os grupos analisados na Universidade de Brasília (UnB).

## REFERÊNCIAS

Ahmi, A., Saidin, S.Z., Abdullah, A., Ahmad, A.C. & Ismail, N.A. (2016). State of information technology adoption by internal audit department in Malaysian public sector. *International Journal of Economics and Financial Issues*, Vol. 6, (7S).

Alzeban, A. & Gwilliam, D. (2014). Factors affecting the internal audit effectiveness: A survey of the Saudi public sector. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. Vol. 23 (2), pp. 74-86.

Arena, M.; Azzone, G. of Internal Audit Effectiveness. (2009) *International Journal of Auditing*, 13, 43–60. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1099-1123.2008.00392.x>. Acesso em: 5 jan. 2019.

Coetzee, P., Erasmus, L.J. (2017) What drives and measures public sector internal audit effectiveness? Dependent and independent variables. *International Journal of Auditing*, 21 (3), pp. 237-248.

Costa, A. J. B & Sousa, N. G. (2018). Auditoria Governamental Brasileira: Aderência ao Framework do The Institute of Internal Auditors. IX Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2018 24 a 26 de outubro de 2018 - Rio de Janeiro, RJ

Christopher, J. (2015). Internal audit: Does it enhance governance in the Australian public university sector? *Educational Management Administration and Leadership*, 43 (6), pp. 954-971.

DiMaggio, P. J. & Powell, W. W. (2005) A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 45, (2), p. 74-89. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol45-num2->

2005/gaiola-ferro-revisitada-isomorfismo-institucional-racionalidade-coletiva-nos-cam.  
Acesso em: 5 jan. 2019.

Gummesson, E. (2007) Case study research and network theory: birds of a feather. *Qualitative Research in Organizations and Management. An International Journal*, v. 2, n. 3, p. 226-248.

Instrução Normativa n. 01 (2001). Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>. Acesso em 20 dez. 2018.

Instrução Normativa n. 3 (2017). Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Brasília, Brasil.

Lélis, D. L. M., & Pinheiro, L. E. T. (2012). Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma empresa do setor energético. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 212-222. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772012000300006>. Acesso em: 5 jan. 2019.

Meyer, J. W. & Rowan, B. (2013). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, Vol. 83, (2), pp. 340-363.

Mihret, D. G.; Yismaw, A. W. (2007). Internal audit effectiveness: an Ethiopian public sector case study. *Managerial Auditing Journal*, 22(5), 470–484. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/02686900710750757>. Acesso em: 21 dez. 2018.

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior (2017). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior>. Acesso em: 21 dez. 2018.

Ministério da Transparência & Controladoria-Geral da União, Secretaria Federal de Controle Interno (2017): Manual de orientações técnicas da atividade de Auditoria Interna governamental do poder executivo federal. Recuperado de <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual-de-orientacoes-tecnicas-1.pdf>

Neto, J. E. B., & Colauto, R. D. (2010). Teoria institucional: estudo bibliométrico em anais de congressos e periódicos científicos. *ConTexto* (Vol. 10, n. 18, pp. 63-74). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/13372/pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

Painel do Orçamento Federal.Série Histórica. (2018). Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

Pinheiro, G. J., & Cunha, L. R. S. (2003). A importância da auditoria na detecção de fraudes. *Contabilidade Vista & Revista* (Vol. 14, n. 1, abr., pp. 31-47). Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil.

Pinto, F. D. C.B., Colares, A. C. V., Machado, M. V. V., & Peter, M. D. G. A. (2012). Análise das atividades da Auditoria Interna no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: sob a ótica dos auditores internos. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, 10 (1) 273-300.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Sari, N., Ghozali, I., Achmad, T. (2017). The effect of internal audit and internal control system on public accountability: The emperical study in Indonesia state universities. *International Journal of Auditing*, Vol. 8, (9), pp. 157-166.

The Institute of Internal Auditors. (2018) Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas). Disponível em: <https://global.theiia.org/Pages/globaliiaHome.aspx>> Acesso em: 10 nov. 2018.

The Institute of Internal Auditors (2013). Declaração de posicionamento do IIA: As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles. Disponível em: <https://na.theiia.org/standards-guidance/Public%20Documents/PP%20The%20Three%20Lines%20of%20Defense%20in%20Effective%20Risk%20Management%20and%20Control%20Portuguese.pdf> Acesso em: 5 nov. 2018.

Tribunal de Contas da União. (2014). Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Versão 2. Disponível em: <>file:///C:/Users/natal/Downloads/Referencial%20b\_sico%20de%20governan\_a%20(1).PDF. Acesso em: 5 jan. 2019.

Universidade de Brasília. Anuário Estatístico da UnB, 2017. Disponível em: <[http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=793:anuario-2017&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742](http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=793:anuario-2017&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742)>. Acesso em: 27 nov 2018.

Vailatti, J. L., Rosa, F. D. S., & Vicente, E. F. R. (2017). A teoria Institucional aplicada à contabilidade gerencial: Análise da contribuição teórica e metodológica de publicações internacionais ocorridas no período de 2006 a 2015. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. Florianópolis, SC, Vol. 16 (47), p.97-111. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2263>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

## **APÊNDICE A – Termo de Consentimento do Entrevistado**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB FACULDADE DE ECONOMIA,  
ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA (FACE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (PPGCont)**

---

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Prezado (a) respondente,

Você está sendo convidado (a) como participante da pesquisa “A EFICÁCIA DAS AUDITORIAS INTERNAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS”. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Esta pesquisa tem por objetivo investigar a eficácia da Auditorias Internas nas Universidades Federais Brasileiras. A metodologia a ser utilizada será a análise de questionário acerca de competência, tamanho, relacionamento, apoio e independência. O processo de coleta de dados será realizado por meio da aplicação do questionário a seguir, composto por perguntas objetivas (através de escala "likert" e múltipla escolha). Este estudo é baseado no artigo “Factors Affecting the Internal Audit Effectiveness: A Survey of the Saudi Public Sector” realizado por Alzeban e Gwilliam (2014), no setor público saudita e está sendo replicado no Brasil, no contexto das Universidades Federais. Teremos o cuidado para não provocar nenhum risco decorrente de sua participação na pesquisa, por isso, procurarei diminuir possíveis desconfortos, constrangimentos e, desde já, asseguro respeitar a sua vontade e o seu tempo disponível durante a coleta das informações. Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo acadêmico de mestrado em questão. Fui devidamente informada (o) e esclarecida (o), pelos pesquisadores sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Estou ciente de que esta pesquisa não tem fins lucrativos e que não terei direito a nenhuma remuneração referente à mesma. Os resultados poderão ser divulgados por meio de livros, revistas, artigos, eventos científicos e na web. Fui informado

(a) de que meu nome não será divulgado e que os dados coletados serão utilizados apenas como banco de dados para análise da pesquisa de graduação em tela.

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA – RESPONDENTE

## APÊNDICE B

### Questionário de Pesquisa

Para responder a cada item das seções 1 a 5, escolha um número de 1 a 5, de acordo com a seguinte legenda:

1. Discordo totalmente
2. Discordo um pouco
3. Indiferente (não concordo nem discordo)
4. Concordo parcialmente
5. Concordo totalmente

#### Questionário do gestor

<b>Eficácia da Auditoria Interna (IAE)</b>					
1. Auditoria Interna melhora o desempenho organizacional	1	2	3	4	5
2. A Auditoria Interna revisa as operações e os programas para verificar se os resultados são consistentes com os objetivos e metas estabelecidos	1	2	3	4	5
3. A Auditoria Interna determina a adequação e eficácia dos sistemas de contabilidade interna e controles operacionais da organização	1	2	3	4	5
4. Auditoria Interna revisa a precisão e confiabilidade dos relatórios financeiros	1	2	3	4	5
5. Auditoria Interna revisa o cumprimento de políticas, planos, procedimentos e regulamentos	1	2	3	4	5
6. Auditoria Interna examina o cumprimento das leis externas aplicáveis e os regulamentos	1	2	3	4	5

7. Auditoria Interna examina os meios de salvaguardar ativos	1	2	3	4	5
8. Auditoria Interna avalia e melhora a eficácia do gerenciamento de riscos	1	2	3	4	5
9. A Auditoria Interna analisa o uso econômico, eficaz e eficiente dos recursos	1	2	3	4	5
10. Auditoria Interna avalia o sistema de controle interno	1	2	3	4	5
11. Auditoria Interna faz recomendações para melhorar o sistema de controle interno quando apropriado	1	2	3	4	5
12. Auditoria Interna melhora a produtividade da organização	1	2	3	4	5
13. Auditoria Interna desenvolve planos de auditoria anuais apropriados	1	2	3	4	5
14. É tomada uma ação oportuna para implementar as recomendações do relatório de Auditoria Interna	1	2	3	4	5
15. A Auditoria Interna fornece acompanhamento adequado para assegurar que ações corretivas apropriadas sejam tomadas e que seja eficaz	1	2	3	4	5

### Questionários dos demais integrantes das auditorias internas

Relação entre auditores internos e externos - RELEX					
1. Auditores externos são amigáveis e solidários	1	2	3	4	5
2. Auditores externos têm uma boa atitude em relação aos auditores internos	1	2	3	4	5
3. Os auditores externos estão dispostos a dar aos auditores internos uma oportunidade de explicar suas preocupações	1	2	3	4	5
4. Auditores externos e internos consultam sobre o momento do trabalho em que têm interesse mútuo	1	2	3	4	5
5. Auditores externos discutem seus planos com Auditoria Interna	1	2	3	4	5
6. Auditores externos contam com trabalhos de Auditoria Interna e relatórios	1	2	3	4	5

7. Auditores externos e internos se reúnem regularmente	1	2	3	4	5
8. Auditores externos e internos compartilham seus documentos de trabalho	1	2	3	4	5
9. A gerência sênior ajuda a promover a cooperação efetiva entre Auditoria Interna e externa	1	2	3	4	5

<b>Suporte gerencial para Auditoria Interna - SGAI</b>					
1. A gerência sênior apóia a Auditoria Interna para desempenhar suas funções e responsabilidades	1	2	3	4	5
2. A alta administração está envolvida no plano de Auditoria Interna	1	2	3	4	5
3. A Auditoria Interna proporciona à alta administração suficiente, confiável e relevante relatórios sobre o trabalho que realizam e recomendações feitas	1	2	3	4	5
4. A resposta aos relatórios de Auditoria Interna pela alta administração é razoável	1	2	3	4	5
5. O departamento de Auditoria Interna é grande o suficiente para realizar com sucesso suas obrigações e responsabilidades	1	2	3	4	5
6. O departamento de Auditoria Interna tem orçamento suficiente para realizar com sucesso suas responsabilidades	1	2	3	4	5

<b>Independência da Auditoria Interna - IND</b>					
1. O pessoal de Auditoria Interna é suficientemente independente para cumprir suas obrigações profissionais e deveres	1	2	3	4	5
2. O chefe da Auditoria Interna reporta a um nível dentro da organização que permite que o auditoria para cumprir suas responsabilidades	1	2	3	4	5
3. O chefe de Auditoria Interna tem contato direto com o conselho	1	2	3	4	5
4. O departamento de Auditoria Interna tem contato direto com a alta administração que não a diretor de Finanças	1	2	3	4	5
5. Conflito de interesse raramente está presente no trabalho dos auditores internos	1	2	3	4	5
6. Os auditores internos raramente enfrentam interferência da administração enquanto conduzem seu trabalho	1	2	3	4	5
7. A equipe de Auditoria Interna tem acesso livre a todos os departamentos e funcionários da organização	1	2	3	4	5

8. O conselho de administração aprova a nomeação e substituição do chefe da Auditoria Interna	1	2	3	4	5
9. A equipe de Auditoria Interna não é solicitada a realizar funções que não sejam de auditoria	1	2	3	4	5

Agora, por gentileza, gostaria de ter algumas informações sobre você. Elas servirão para categorizar os dados de resposta, não sendo usadas para identificar os respondentes.

### **Perfil dos Auditores**

Há quanto tempo você trabalha na Universidade?

- De 0 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 20 anos
- De 20 a 30 anos
- mais de 30 anos

Há quanto tempo você trabalha na Auditoria Interna?

- De 0 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 20 anos
- De 20 a 30 anos
- mais de 30 anos

Qual é o seu grau completo de instrução?

- segundo grau
- superior incompleto
- superior completo
- especialização incompleto
- especialização completo
- mestrado/doutorado

Qual é a sua faixa etária?

- De 20 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- De 41 a 50 anos
- De 51 a 60 anos
- mais de 61 anos